

10 de dezembro de 1958

## Lição V

10 de dezembro de 1958

Eu lhes deixei da última vez com alguma coisa que tende a abordar o nosso problema, o problema do desejo e de sua interpretação, uma certa ordenação da estrutura significante, daquilo que se enuncia no significante como comportando essa duplicidade interna do enunciado; processo do enunciado e processo do ato da enunciação. Eu acentuei a diferença que existe do Je enquanto implicado em um enunciado qualquer, do Je na medida em que, pela mesma razão que qualquer outra, é o sujeito de um processo enunciado, por exemplo – o que não é, por sinal, o único modo de enunciado – ao Je enquanto implicado em toda enunciação, mas, ainda mais enquanto se anuncia como Je da enunciação.

Esse modo sob o qual ele se anuncia como o Je da enunciação, esse modo sob o qual ele se anuncia, não é indiferente, ele se anuncia nomeando-se como o faz a pequena Anna Freud no início da mensagem do seu sonho. Eu lhes indiquei que resta aí alguma coisa ambígua. É, a saber, se este Eu [Je], como Eu [Je] da enunciação é autenticado ou não naquele momento. Eu lhes deixo entender não o ser ainda, e é isso que constitui a diferença que Freud nos dá para ser aquela que distingue o desejo do sonho na criança do desejo do sonho no adulto; é que alguma coisa ainda não está acabada, precipitada pela estrutura, ainda não se distinguiu na estrutura, que é justamente aquela alguma coisa da qual eu lhes dava, em outro lugar, o reflexo e o traço; traço tardio, já que ele se encontra no nível de uma prova que, bem entendido, já supõe condições bem definidas pela experiência, que não permitem prejudicar, no seu fundo, em que ponto acontece no sujeito. Mas a dificuldade permanece ainda muito tempo para o sujeito distinguir esse Je da enunciação do Je do enunciado, e que se traduz por esse obstáculo, ainda tardio, diante do teste que o acaso e o faro do psicólogo fizeram escolher, por Binet, sob a forma: “Eu [J] tenho três irmãos: Paul, Ernest e eu [m]”. A dificuldade que há aí para que a criança não leve em conta para o que seja preciso, por sinal, esse enunciado: a saber, que o sujeito não saiba ainda se deduzir.

Mas, esse traço que lhes marquei é alguma coisa, um índice, e há outros, desse elemento inicial que constitui a distinção, a diferença para o sujeito do Je da enunciação e do Je do enunciado. Mas, eu lhes disse, nós tomamos as coisas não por uma dedução, mas por uma via da qual eu não posso dizer que seja empírica, já que ela já está traçada, que já foi construída por Freud, quando ele nos disse que o desejo do sonho no adulto é um desejo emprestado e que é a marca de um recalque, de um recalque que, neste nível, traz como sendo uma censura. Quando ele entra no mecanismo dessa censura, quando nos mostra o que é que é uma censura, a saber, as impossibilidades de uma censura, pois é isso o que acentua, é nisso que eu tentava lhes fazer, um instante, parar sua reflexão, em lhes dizendo uma espécie de contradição interna que é aquela de tudo não-dito [*tout non-dit*], ao nível da enunciação, quero dizer essa contradição interna que estrutura o “Eu não digo o quê” [*Je ne dis pas que*].

Eu lhes disse, noutro dia, sob diversas formas humorísticas: “Aquele que dirá tal ou tal coisa de tal ou tal personagem do qual é preciso respeitar as palavras, não ofender, dizia eu, terá que se ver comigo!” O que significa dizer isso, a não ser proferindo essa tomada de posição, que, evidentemente, é irônica, eu pronuncio, eu me encontro pronunciando, precisamente, o que há para não ser dito. E o próprio Freud, ele mesmo, a sublinhou

10 de dezembro de 1958

amplamente, ao nos mostrar o mecanismo, a articulação, o sentido do sonho, quando freqüentemente o sonho toma emprestado esta via, isto é, que o que ele articula como não devendo ser dito é justamente o que ele tem a dizer, e o que se passa no que é de fato dito no sonho.

Isso nos leva a alguma coisa que é ligada à estrutura mais profunda do significante. Eu gostaria, ainda, por um instante, de me deter aí, pois esse elemento, nessa conseqüência do “Eu não digo” [*Je ne dis pas*] como tal. Não é por nada que Freud, no seu artigo da *Vernéinung* o põe na raiz mesmo da frase mais primeva, na qual o sujeito se constitui como tal e se constitui especialmente como inconsciente. A relação dessa *Vernéinung* com a *Bejahung* mais primeva – o acesso de um significante na questão, pois é isto uma *Bejahung* – é alguma coisa que começa a se colocar. Trata-se de saber sempre o que se coloca no nível mais primevo: seria, por exemplo, o par bom e mal? Segundo escolhermos ou não escolhermos tal ou tal desses termos primevos, já optamos por toda uma teorização, toda uma orientação do nosso pensamento analítico e vocês sabem o papel que representou esse termo de bom e de mau em uma certa especificação da via analítica; é certamente um par muito primevo.

Sobre esse não dito e sobre a função do *não* [*ne*], do *não* [*ne*] no “Eu não digo” [*Je ne dis pas*], é que me deterei um instante antes de dar um passo a mais, pois acho que está aí a articulação essencial, nesse tipo de *não* do “Eu não digo”, que faz com que, precisamente dizendo o que nós não dizemos, nós o digamos – algo que parece quase como um tipo de evidência pelo absurdo – é algo em que devemos nos deter lembrando o que já lhes indiquei como sendo a propriedade mais radical, se assim podemos dizer, do significante e, se vocês se lembrarem, eu já tentei lhes conduzir na via de uma imagem, de um exemplo lhes mostrando ao mesmo tempo a relação que há entre o significante e uma certa espécie de índice ou de sinal que chamei o traço [*la trace*], que, já, ele mesmo, porta a marca de não sei qual espécie de avesso [*l'envers*] da pegada do real.

Eu lhes falei de Robinson Crusó e da pegada [*du pas*], do traço do passo de Sexta-feira<sup>1</sup>, e nos detivemos um instante nisto: Será que isso já é o significante? E eu lhes disse que o significante começa não pelo traço, mas no que se apaga do traço, e não é o traço apagado que constitui o significante, é alguma coisa que se coloca como podendo ser apagado que inaugura o significante; dito de outro modo, Robinson Crusó apaga o traço do passo de Sexta-feira, mas o que é que ele faz no lugar? Se ele quer guardá-lo, esse lugar do pé de Sexta-feira, ele faz no mínimo uma cruz, isto é, uma barra e uma outra barra sobre aquela: isso é o significante específico. O significante específico é alguma coisa que se apresenta como podendo, ele mesmo, ser apagado e que justamente nessa operação do apagamento como tal, subsiste. Eu quero dizer que o significante apagado já se apresenta como tal, com suas características próprias ao não-dito. Enquanto que com a barra eu anulo esse significante, eu o perpetuo como tal, indefinidamente, inauguro a dimensão do significante como tal. Fazer uma cruz é, propriamente falando, o que não existe em nenhuma forma de referência que seja permitida de modo algum. Não se deve crer que os seres não falantes, os animais, não marquem nada, mas que eles não deixam intencionalmente com o dito, mas com os traços de traços. Nós retornaremos, quando tivermos tempo, sobre os costumes do hipopótamo, veremos o que ele deixa sobre seus passos para seus congêneres.

<sup>1</sup> LACAN, J., *As psíquicas*, JZEditor, RJ, sessão de 14 de março de 1956.

10 de dezembro de 1958

Aquilo que o homem deixa atrás de si é um significante, é uma cruz, é uma barra enquanto barrada, enquanto recoberta por uma outra barra por um lado, que indica que, como tal, ela está apagada. Essa função do não [na] do nome [nom], enquanto sendo o significante que se anula a si mesmo é alguma coisa que, seguramente, merece por si só um desenvolvimento muito extenso. É muito marcante ver a que ponto os lógicos, para ser, como sempre, muito psicólogos, têm em sua classificação, em sua articulação da negação, deixaram de lado, estranhamente, o mais original. Vocês sabem, ou vocês não sabem, e afinal de contas não tenho a intenção de lhes fazer entrar nos diferentes modos da negação; quero simplesmente lhes dizer que mais originalmente – tudo aquilo que pode se articular na ordem do conceito, na ordem daquilo que distingue o sentido da negação, da privação, etc... – mais originalmente é no fenômeno do falar, na experiência, no empirismo lingüístico que nós devemos encontrar na origem aquilo que para nós é mais importante, e é por isso que somente nisso me deterei.

E aqui eu não posso, pelo menos por um instante, deixar de considerar algumas pesquisas que têm algum valor de experiência e nomeadamente aquela que foi o fato de Édouard Pichon que foi, como vocês o sabem, um de nossos psicanalistas primogênitos, que morreu no começo da guerra de uma grave doença cardíaca. Édouard Pichon, a propósito da negação, fez essa distinção da qual é preciso que vocês tenham pelo menos um pequeno apanhado, uma pequena noção, uma pequena idéia. Ele percebeu alguma coisa, ele teria até desejado ser um lógico – manifestamente queria ser psicólogo, ele nos escreveu que aquilo que faz é um tipo de exploração “*Des mots à la pensée*”<sup>2</sup>. Como muita gente, ele é suscetível de ilusões sobre si próprio pois, felizmente, é o que ele tem precisamente de mais fraco na sua obra, essa pretensão de ascender palavras ao pensamento. Mas, por outro lado ele era um admirável observador, quero dizer que ele tinha um sentido do tecido linguageiro que fez com que ele nos tenha informado muito mais sobre as palavras que sobre o pensamento. E quanto às palavras, e quanto a este uso da negação – é especialmente em francês que ele se deteve sobre este uso da negação – e aí ele não pôde deixar de fazer esse achado que faz essa distinção, que se articula nessa distinção que ele faz, do “forclusivo” [“*forclusif*”] e do “discordancial” [“*discordantiel*”].

Eu vou lhes dar exemplos, de imediato, da distinção que ele faz disso. Tomemos uma frase como: “Não há ninguém aqui” [“*Il n’y a personne ici*”]. Isto é forclusivo, está excluído, por enquanto, que haja aí alguém. Pichon se deteve nisso de notável: cada vez que em francês nós lidamos com uma preclusão pura e simples, é preciso sempre que usemos dois termos: um “*ne*” e ainda alguma coisa que aí é representada pelo “ninguém” [“*personne*”], que poderia o ser também pelo “*pas*”: “Eu não tenho onde morar” [“*Je n’ai pas où loger*”], “Eu não tenho nada a lhes dizer” [“*Je n’ai rien à vous dire*”], por exemplo. Por outro lado, ele nota um número muito grande de usos do *ne* e justamente os mais indicativos – ali, como em todos os outros lugares, aqueles que oferecem os problemas mais paradoxais – se manifestam sempre, isto é, que antes, nunca, um *ne* puro e simples - ou quase nunca – é posto em uso para indicar a pura e simples negação, o que, por exemplo, em alemão ou em inglês se encarnará no *nicht* ou no *not*. O *ne* por si só, entregue a si mesmo, exprime o que ele chama uma “discordância” e esta “discordância” é muito precisamente alguma coisa que se situa entre o processo da enunciação e o processo do enunciado.

<sup>2</sup> DAMOURETTE, J. e PICHON, E.: *Des mots à la pensée* Essai de grammaire de la langue française. 1911-1927. Tome I. Éd. D’Artrey.

10 de dezembro de 1958

Para dizer tudo e para ilustrar de imediato aquilo de que se trata, vou justamente lhes dar o exemplo sobre o qual, de fato, Pichon se detém mais, pois é especialmente ilustrativo: é o emprego desses *ne* que as pessoas que não entendem nada, isto é, as pessoas que querem entender chamam o “*ne explétif*”. Eu lhes digo isto porque já introduzi isso da última vez, fazendo alusão a isso a propósito de um artigo que tinha me parecido ligeiramente escandaloso no *Le Monde*, sobre, assim dizendo, o “*ne explétif*”. Este “*ne explétif*” – que não é um “*ne explétif*”, que é um *ne* essencial ao uso da língua francesa – e é aquele que se encontra na frase tal que: “Eu temo que ele não venha” [“*Je crains qu’il ne vienne*”]. “Eu temo que ele não venha” ou “Eu temo que ele venha”. Cada um sabe que “Eu temo que ele não venha” [“*Je crains qu’il ne vienne*”] quer dizer “Eu temo que ele venha” [“*Je crains qu’il vienne*”] e não “Eu temo que ele não venha” [“*Je crains qu’il ne vienne pas*”] mas, em francês dizemos: “Eu temo que ele não venha” [“*Je crains qu’il ne vienne*”].

Em outros termos, o francês neste ponto do seu uso lingüístico capta, se assim posso dizer, o *ne* em algum lugar no nível, se assim podemos dizer, da sua errância, de sua descida de um processo da enunciação no qual o *ne* porta na articulação da enunciação, porta no significante puro e simples dito em ato: “Eu não digo que...” [“*Je ne dis pas que...*”], “Eu não digo que eu sou tua mulher” [“*Je ne dis pas que je suis ta femme*”], por exemplo, ao *ne* do enunciado onde ele está: “Eu não sou tua mulher” [“*Je ne suis pas ta femme*”].

Sem dúvida alguma nós não estamos aqui para fazer a gênese da linguagem, mas alguma coisa está implicada, de fato, na nossa experiência. Isto é o que eu quero lhes mostrar que nos indica, em todo caso, a articulação que dá Freud do fato da negação; implica que a negação descenda da enunciação ao enunciado, e como ficaríamos espantados com isso, já que, afinal de contas, toda negação no enunciado comporta um certo paradoxo, já que ela põe alguma coisa para colocá-lo ao mesmo tempo – digamos num certo número de casos – como não existente, entre os dois, em algum lugar, em algum lugar entre a enunciação e o enunciado e neste plano onde se instauram as discordâncias, onde alguma coisa no meu temor se antecipa ao fato de que ele venha e desejando que ele não venha, poder-se-ia de outra forma articular este “Eu temo que ele venha” [“*Je crains qu’il vienne*”] como um “Eu temo que ele não venha” [“*Je crains qu’il ne vienne*”] enganchando no caminho, ao passar, se assim posso dizer, esse *ne* de “discordância” que se distingue como tal na negação do *ne* forclusivo [forclusif].

Vocês me dirão, isto é um fenômeno particular da língua francesa, você o evocou agora há pouco falando do *nicht* alemão e do *not* inglês. É claro, só que o importante não está aí, o importante é que na língua inglesa, por exemplo, onde articulamos coisas análogas, a saber, que nós nos apercebemos, isto é, que nós percebemos – e a isto não lhes posso apresentar já que não estou aqui para lhes dar um curso de lingüística – que é alguma coisa análoga que se manifesta no fato de que em inglês, por exemplo, a negação não pode se aplicar de um modo puramente... puro e simples, ao verbo enquanto verbo do enunciado, o verbo designando o processo no enunciado. Não dizemos: “*I eat not*” em inglês, mas “*I don’t eat*”. Em outros termos, acontece encontrarmos traços na articulação do sistema lingüístico inglês disso, é que para tudo o que é da ordem da negação o enunciado é levado a adotar uma forma que está calcada sobre um emprego de um auxiliar, auxiliar sendo, tipicamente, aquilo que no enunciado introduz a dimensão do sujeito. “*I don’t eat*”, “*I won’t eat*” ou “*I won’t go*” que é, propriamente falando, “Eu não irei”, que não implica somente o fato, mas a resolução do sujeito de não ir, o fato de que para toda negação, enquanto negação pura e simples, alguma coisa como uma dimensão auxiliar aparece e aqui na língua inglesa, o traço dessa alguma coisa que religa essencialmente a negação a um tipo de posição original da enunciação como tal.

10 de dezembro de 1958

O segundo tempo ou etapa do que da última vez tentei articular diante de vocês é constituído por isto: que para lhes mostrar por que caminho, por que via o sujeito se introduz nesta dialética do Outro enquanto lhe é imposta pela estrutura mesma desta diferença da enunciação e do enunciado, eu lhes conduzi por uma via que eu fiz, eu lhes disse, de propósito, empírica (não é a única), quero dizer, aí introduzo a história real do sujeito.

Eu lhes disse que o passo seguinte daquilo pelo que, na origem do sujeito, se constitui no processo da distinção desse *Je* da enunciação de com o *Je* do enunciado, é a dimensão do “*n'en rien savoir*” [“não saber nada disto”], enquanto que ele o sente, que ele o sente nisto que está sobre este fundo, daquilo que o Outro sabe tudo dos seus pensamentos – já que seus pensamentos estão, por natureza e estruturalmente, na origem desse discurso do Outro – que é, na descoberta que, é um fato, que o Outro não sabe nada dos seus pensamentos, que se inaugura para ele essa via que é a que buscamos: a via por onde o sujeito vai desenvolver essa exigência contraditória do não-dito, e encontrar o caminho difícil por onde ele tende a efetuar esse não-dito em seu ser e se tornar este tipo de ser com o qual nós lidamos, isto é, um sujeito que tenha a dimensão do inconsciente. Pois é este o passo essencial que, na experiência do homem, nos faz fazer a psicanálise, é isto: é que depois de longos séculos onde a filosofia se, de certa forma, eu diria, se obstinou, mais a mais, a levar sempre mais longe esse discurso no qual o sujeito não é senão o correlativo do objeto na relação do conhecimento – isto é, que o sujeito é o que é suposto pelo conhecimento dos objetos, esse tipo de sujeito estranho, do qual eu não sei mais onde eu disse, em algum lugar, que ele podia fazer os domingos do filósofo, porque o resto da semana, isto é, durante o trabalho todo, bem entendido, cada um pode negligenciá-lo abundantemente, esse sujeito que só é a sombra, de certo modo, e o forro dos objetos – este algo que é esquecido no sujeito, [é] a saber, que o sujeito é o sujeito que fala.

Nós não podemos mais esquecê-lo unicamente a partir de um certo momento, a saber, o momento no qual seu domínio de sujeito que fala se mantém, quer ele esteja ali ou não. O que muda completamente a natureza de suas relações ao objeto é este ponto crucial da natureza de suas relações ao objeto, que se chama justamente o desejo. É neste campo que nós tentamos articular as relações do sujeito ao objeto no sentido em que são relações de desejo, pois é neste campo que a experiência analítica nos ensina que ele deve ser articulado. A relação do sujeito ao objeto não é uma relação de necessidade, a relação do sujeito ao objeto é uma relação complexa que tento precisamente articular diante de vocês. Por enquanto, vamos começar indicando isto: é porque ele se situa aí, essa relação de articulação do sujeito ao objeto, que o objeto se encontra ser essa alguma coisa que não é o correlativo e o correspondente de uma necessidade do sujeito, mas essa alguma coisa que mantém o sujeito no momento, precisamente, onde ele precisa fazer frente, se assim podemos dizer, à sua existência, que suporta o sujeito na sua existência, na sua existência no sentido mais radical, a saber, nisso justamente que ele existe na linguagem: isto é, que ele consiste em alguma coisa que está fora dele, em alguma coisa que ele só pode apreender na sua natureza própria de linguagem, no momento preciso em que, como sujeito, deve se apagar, evanescer, desaparecer atrás de um significante, o que é precisamente o ponto, se assim podemos dizer, “pânico” em torno do qual ele tem de se associar ou engancha em algo, e é justamente ao objeto enquanto objeto do desejo que ele se apega.

Em algum lugar alguém que, para não criar embaraço não vou nomear, de imediato, hoje, alguém contemporâneo (morto), escreveu: “Chegar a aprender aquilo que o avaro... Chegar

10 de dezembro de 1958

a saber aquilo que o avaro perdeu quando lhe roubaram seu boné, aprenderíamos muito<sup>3</sup>. É exatamente o que nós temos para aprender, eu quero dizer, aprender para nós mesmos e ensinar aos outros. A análise é o primeiro lugar, a primeira dimensão na qual podemos responder a esta palavra, e bem entendido, porque o avaro é ridículo – isto é, próximo demais do inconsciente para que vocês possam suportá-lo – vai ser necessário que eu encontre um outro exemplo mais nobre para lhes fazer captar o que quero dizer.

Eu poderia começar a articulá-lo para vocês nos mesmos termos que há pouco, no que diz respeito a existência e, em dois minutos, vocês vão me tomar por um existencialista, e não é o que eu desejo. Eu vou tomar um exemplo em *La Règle du jeu*, o filme de Jean Renoir. Em algum lugar o personagem que é atuado por Dalio, que é o velho personagem como vemos na vida em uma certa área social – e não se deve crer que seja até mesmo limitado a esta área social – é um colecionador de objetos, e, mais especificamente, de caixas de música. Lembrem-se, se vocês lembrarem ainda deste filme, do momento onde Dalio descobre diante de uma assistência numerosa sua última descoberta: uma caixa de música especialmente mais bela. Naquele momento, o personagem está, literalmente, nessa posição que poderíamos chamar, e devemos chamar, exatamente aquela do pudor: ele enrubesce, se apaga, desaparece, está muito envergonhado. O que ele mostrou, ele o mostrou. Mas como aqueles que estão lá poderiam entender que nós nos encontramos aí, nesse nível, nesse ponto de oscilação que captamos, que se manifesta, ao extremo, nessa paixão pelo objeto do colecionador? É uma das formas do objeto do desejo.

O que o sujeito mostra não seria nada mais que o ponto maior, o mais íntimo dele próprio; o que é suportado por esse objeto é justamente aquilo que ele não pode revelar, nem ele mesmo, é esse algo que está na borda mesma do maior segredo. É isso, é nessa via que nós devemos procurar saber o que é para o avaro seu boné. É preciso que demos, certamente, um passo a mais para estar perfeitamente no nível do avaro e é por isso que o avaro não pode ser tratado senão pela comédia.

Mas, portanto, aquilo de que se trata, aquilo pelo que nós somos introduzidos é isto: é que nesse em que, a partir de um certo momento, o sujeito se encontra engajado, é nisto, em articular sua intenção enquanto secreta. O voto, aquilo que é a intenção, se expressa como? Nessas formas da língua as quais eu fiz alusão da última vez, para as quais, segundo as línguas, os modos, os registros, as cordas diversas foram inventadas. Não confiem sempre nisso, no que dizem os gramáticos, o subjuntivo não é tão subjuntivo quanto parece e o tipo de intenção... – eu busco na minha memória alguma coisa que possa de certa forma imajá-lo para vocês, e, não sei porque, voltou para mim, do fundo da minha memória, esse pequeno poema que tive alguma dificuldade, por sinal, para recompor, ou mesmo resituar:

“Ser uma bela moça,  
loira e popular,  
que ponha alegria no ar,  
quando ela sorri,  
dá apetite  
aos operários  
de Saint-Denis<sup>4</sup>”.

<sup>3</sup> WEIL, S., (1947), *La Pesantur et la Grâce* Paris, Plon. 1988. Chap. “Désirer sans objet”, p. 32. “Arriver à savoir exactement ce qu’a perdu l’avare à qui on a volé son trésor; on apprendrait beaucoup.”

<sup>4</sup> “Être une belle fille  
blonde et populaire

10 de dezembro de 1958

Isto foi escrito por alguém que é nossa contemporânea, poetisa discreta, mas uma de suas características é ser pequena e negra, e que, sem dúvida alguma, expressa, em sua nostalgia de dar apetite aos operários de Saint-Denis, alguma coisa que pode se prender bem fortemente a tal ou qual momento de seus devaneios ideológicos. Mas também não podemos dizer que esteja aí sua ocupação comum.

Aquilo sobre o que eu gostaria de lhes fazer deter um instante, em torno desse fenômeno que é um fenômeno poético, é primeiro isso que nós aí encontramos alguma coisa bastante importante quanto a estrutura temporal. Talvez esteja aí a forma pura, eu não digo da intenção, mas do aspirado, isto é, daquilo que na intenção é enunciado como aspirado. Digamos que o sujeito primitivo é elidido, mas isso não quer dizer nada, ele não é elidido porque o que está articulado aqui é o desejado, é alguma coisa que se apresenta no infinitivo, como vocês o vêem, e o qual – se vocês tentarem se introduzir no interior da estrutura – vocês verão que isso se situa em uma posição, uma posição de estar diante do sujeito e de determiná-lo retroativamente. Não se trata aí nem de uma aspiração pura e simples, nem de um arrependimento: trata-se de alguma coisa que se põe diante do sujeito como o que é retroativamente determinante em um certo tipo do ser.

Isso se situa perfeitamente no ar. Não fica por menos que é como isso que o desejado se articula, nos dando já alguma coisa que é o caso de lembrar quando nós buscamos dar um sentido à frase pôr onde se termina *A ciência dos sonhos*, a saber, que “O desejo indestrutível modela o presente à imagem do passado<sup>5</sup>”. Isso do que nós entendemos o ronrom como alguma coisa que inscrevemos de imediato no benefício da repetição ou do só-depois [*après-coup*] talvez não seja certo, por olhá-lo bem próximo: é, a saber, que se o desejo indestrutível modela o presente à imagem do passado, talvez seja porque, como na cenoura do jumento, ele está sempre diante do sujeito, produzindo sempre retroativamente os mesmos efeitos.

Isso nos introduz ao mesmo tempo, na ambigüidade desse enunciado, por suas características estruturais, porque depois de tudo, o caráter, se assim podemos dizer, gratuito, dessa enunciação tem algumas conseqüências nas quais nada nos retém de nos

---

qui mette de la joie dans l'air  
lorsqu'elle sourit  
donne de l'appétit  
aux ouvriers  
de Saint-Denis”.

**DEHARME, Lise:** *Vœux secrets*, in Cahier de curieuse personne, Paris, 1933. Éd. Des Cahiers libres, p. 27. (Avec en exergue: “Des chansons sortaient de la bouche des égouts.” – Aragon).

<sup>5</sup> “Le rêve nous mène dans l'avenir puisqu'il nous montre nos désirs réalisés; mais cet avenir présent, présent pour le rêveur, est modelé, par le désir indestructible, à l'image du passé”, in *L'interprétation des rêves*, op. Cit., p. 527. “O sonho nos conduz ao porvir já que nos mostra nossos desejos realizados; mas o porvir presente, presente para o sonhador; é modelado pelo desejo indestrutível à imagem do passado”.

“Apresentando-nos um desejo como realizado, o sonho leva-nos realmente ao futuro; mas esse futuro, que a pessoa está sonhando toma como presente, é formado pelo desejo indestrutível de acordo com o modelo desse passado”. *Interpretação dos sonhos*, Tomo II, p. 399, Editora Delta S.A., Vol. III.

“Retratando nossos desejos como realizados, os sonhos estão, afinal de contas, conduzindo-nos para o futuro. Mas este futuro, que representamos como o presente, foi moldado por seu indestrutível desejo numa perfeita semelhança do passado.” *A interpretação de sonhos*, Vol. V, p. 660, Imago Editora, RJ.

10 de dezembro de 1958

engajarmos. Eu quero dizer que nada nos retém de nos investir na observação seguinte: que essa intenção, poeticamente expressa (intitulada, como que por acaso – sendo-me reportado ao texto – *Intenções secretas* [*Vœux secrets*], é, portanto, isso que eu tinha reencontrado na minha memória depois de uns vinte e cinco ou alguns trinta anos, buscando alguma coisa que nos levaria ao segredo da intenção), esse voto secreto, é claro, se comunica. Pois aí está todo o problema, como comunicar aos outros alguma coisa que se constituiu como segredo? Resposta: Por alguma mentira, pois afinal de contas isso – para nós que somos um pouquinho mais espertos que os outros – pode se traduzir: “Tão verdadeiro quanto sou *uma bela moça loira e popular*, eu desejo pôr alegria no ar e dar *apetite aos operários de Saint-Denis*” e não é dito que todo ser, nem mesmo generoso, mesmo poético, mesmo poetisa, tenha tanta vontade assim de pôr alegria no ar. Afinal de contas, por quê? Porque, senão no fantasma, senão no fantasma e para demonstrar até que ponto o objeto do fantasma é metonímico? Isto é, é a alegria que vai circular assim – quanto aos operários de Saint-Denis, eles estão numa boa, que eles dividam o negócio entre eles, eles são, em todo caso, já bastante numerosos para que não saibamos a qual se dirigir...

Sobre essa digressão eu lhes introduzo na estrutura do intenção pela via da poesia. Nós podemos, agora, aí entrar pela via das coisas sérias, isto é, pelo papel efetivo que o desejo desempenha, e este desejo do qual nós vimos, como era de se esperar, que ele devia bem, de fato, ter de encontrar seu lugar em algum lugar entre este ponto de onde nós saímos dizendo que o sujeito aí se aliena, essencialmente na alienação do apelo, do apelo da necessidade, na medida em que deve entrar nos desfiladeiros do significante; e este além onde vai se introduzir como essencial a dimensão do não-dito, é bem preciso que se articule em algum lugar.

Nós o vemos nesse sonho que escolhi, esse sonho que é um sonho seguramente dos mais problemáticos enquanto sonho da aparição de um morto. Esse sonho da aparição de um morto, do qual Freud – na página 433 da *Traumdeutung* na edição alemã, na página 366 e 367 de *La Science des rêves*<sup>6</sup> – concernente a aparição de mortos, está muito longe de nos ter ainda revelado completamente seu segredo, ainda que já ali ele articule muitas coisas, o que é essencial. E é a respeito disso que Freud acentuou mais ao longo dessa análise de sonhos na *Traumdeutung* aquilo que há de profundo na primeira aproximação que foi aquela da psicologia do inconsciente, a saber, a ambivalência de sentimentos perante os seres amados e respeitados. É alguma coisa, por sinal, que no sonho que escolhi para começar a tentar articular diante de vocês a função do desejo no sonho, é reabordado.

Vocês puderam ver que eu fiz a releitura recente da *Traumdeutung* na primeira edição com certos fins e, ao mesmo tempo, da última vez, eu havia feito uma alusão ao fato de que sempre esquecemos o que há na *Traumdeutung*. Eu havia esquecido que em 1930 esse sonho havia sido acrescentado. Ele foi o primeiro acrescentado em nota um pouco depois da publicação nos *Sammlung Kleiner Schriften für Neurosen Lehre*, 1913, tomo III, 13, página 271 da 2ª edição, e depois, na edição de 1930, ele é acrescentado no texto; ele está, portanto, no texto da *Traumdeutung*.

Esse sonho é assim constituído, eu lhes repito: O sujeito vê aparecer seu pai diante dele – esse pai que ele acabou de perder depois de uma doença que constituiu para ele longos tormentos – ele o vê aparecer diante dele e ele é penetrado, nos diz o texto, por uma profunda dor com o pensamento que seu pai está morto e que “*ele não o sabia*”,

<sup>6</sup> Op. cit., pp. 366-371.

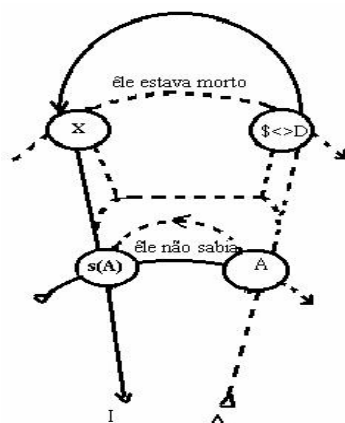
Em português: *A interpretação de sonhos*, Vol. V, 2ª parte, p. 459 e ss. Imago Editora, RJ, 1972.



10 de dezembro de 1958

formulação que Freud insiste sobre seu caráter absurdamente ecoante, o qual ele diz que ele se completa, ele se entende se acrescentarmos que ele estava morto “segundo seu voto”: que ele não saiba que era segundo sua intenção, é claro, que ele estava morto.

Eis o que eu inscrevo sobre o grafo, segundo o nivelamento seguinte:



“*Ele não sabia*” se refere essencialmente à dimensão da constituição do sujeito, na medida em que é sobre um “*Ele não sabia*” inútil que o sujeito tem que se situar, e é precisamente aí – aquilo que nós vamos tentar ver no detalhe, na experiência – que tem de se constituir ele mesmo como não sabendo, o único ponto de saída que lhe é dado para que o que é não-dito tome de fato alcance de não dito.

É no nível do enunciado que isto se faz, mas, sem dúvida alguma, nenhum enunciado desse tipo pode se fazer, senão como suportado pela sub-jacência de uma enunciação, pois para todo ser que não fala – nós temos prova disso – “*Ele estava morto*” - não quer dizer nada. Eu diria mais: nós temos o teste disso, até mesmo a indiferença imediata que tem a maioria dos animais pelos detritos, pelos cadáveres dos seus semelhantes desde que cadáveres. Para que um animal se apegue a um defunto, citamos o exemplo dos cães, é necessário precisamente que o cão esteja nessa postura excepcional de fazer com que, se ele não tem inconsciente, tem um sobre-eu [*surmoi, superego*] – isto é, que alguma coisa tenha entrado em jogo que permita aquilo que é da ordem de um certo esboço de articulação significante. Mas deixemos isso de lado.

Que este “*Ele estava morto*” já supõe o sujeito introduzido em alguma coisa que é da ordem da existência, a existência não sendo outra coisa que o fato de que o sujeito a partir do momento em que ele se coloca no significante não pode mais se destruir, que ele entre nesse encadeamento intolerável, que para ele se desenrola imediatamente no imaginário, que faz com que ele não possa mais se conceber senão como reaparecendo sempre na existência.

Isto não é construção de filósofo, eu pude constatá-lo naqueles que chamamos os “pacientes” e eu me lembro de uma paciente, da qual isso foi uma das viradas de sua experiência interior, que num certo sonho, precisamente onde ela tocara sem dúvida alguma, não em qualquer momento de sua análise, em algo de apreendido, de vivido oniricamente que não era nada mais que um tipo de sentimento puro de existência, de existir, se assim podemos dizer, de um modo indefinido. E do seio dessa existência rebrotava sempre para ela uma nova existência e essa se estendendo, para sua intuição íntima, se assim se pode dizer, a perder de vista; a existência sendo apreendida e sentida

10 de dezembro de 1958

como alguma coisa que, por sua natureza, só pode se apagar para rejeitar mais adiante, e isso era acompanhada para ela, precisamente de uma dor intolerável.

Isso é alguma coisa que está bem próximo daquilo que nos dá o conteúdo do sonho. Pois, afinal, o que temos? Nós temos aí um sonho que é aquele de um filho. É sempre bom acentuar a respeito de um sonho que aquele que o faz é o sonhador; é necessário sempre se lembrar disso quando começamos a falar do personagem do sonho.

O que é que temos aqui? O problema do que chamamos “identificação” se põe com facilidades particulares, pois no sonho não há nenhuma necessidade de dialética para pensar que há alguma relação de identificação entre o sujeito e suas próprias fantasias de sonho.

O que é que temos? Nós temos o sujeito que está aí diante de seu pai, penetrado pela mais profunda dor e em frente dele temos o pai que não sabe que ele está morto – ou, mais exatamente, pois é bem necessário colocá-lo no tempo em que o sujeito o apreende e nos comunica, “*ele não sabia*”. Eu insisto nisso sem poder insistir totalmente, até o final, por enquanto, mas eu intento sempre não lhes dar coisas aproximativas que me levam algumas vezes à obscuridade, já que também essa regra de conduta não me impede de lhes dar as coisas só pela metade, e como eu não posso precisá-las de imediato, naturalmente isso deixa algumas portas abertas. No entanto, é importante para o que é do sonho, lembrarem-se que o modo pelo qual ele nos é comunicado é sempre um enunciado.

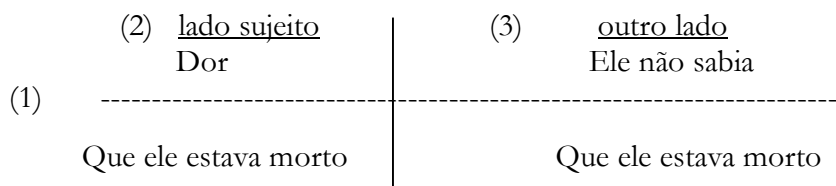
O sujeito nos indica o quê? Um outro enunciado, mas não é nem um pouco suficiente dizer isso. De um outro enunciado que nos apresenta como uma enunciação, pois é um fato que o sujeito nos conta o sonho para que precisamente nós procuremos a chave, o sentido, isto é, aquilo que ele quer dizer, ou seja, para algo completamente diferente do enunciado que ele nos traz. O fato, então, de que esse “*ele não sabia*” seja dito no pretérito perfeito tem, nessa perspectiva, efetivamente, sua importância. “*Ele não sabia*”, no que eu lhes enuncio – isto para aqueles cuja questão das relações do sonho com a palavra pela qual nós o recolhemos [interessa] – pode abordar no desenho o primeiro plano da clivagem (1).

Mas continuemos. Eis, portanto, como as coisas se repartem:

Por um lado (2), do lado do que se apresenta no sonho como o sujeito, o quê? Um afeto, a dor, dor de quê? “Que ele estava morto”;

E do outro lado (3), correspondente dessa dor: “*ele não sabia*” o quê? A mesma coisa: “que ele estava morto”. Freud nos diz que aí se encontra seu sentido e implicitamente sua interpretação, e isso parece ser bem simples. Eu, no entanto, lhes indiquei suficientemente que não era isso.

- Em complemento (4): “segundo seu voto”.



(4) Segundo seu voto

10 de dezembro de 1958

Mas o que é que isto quer dizer? Se nós estamos – como Freud nos indica formalmente o fazer, não simplesmente nessa passagem, mas naquela à qual lhes pedi se reportarem, no que diz respeito ao recalque – se nós estamos ao nível do significante, vocês devem ver de imediato que nós podemos fazer desse “segundo seu voto” mais de um uso. “Ele estava morto segundo sua intenção”. Ao que isso nos leva? Parece-me que pelo menos alguns dentre vocês podem se lembrar desse ponto onde, mais uma vez, lhes conduzi, aquele do sujeito que depois de haver esgotado, sob todas as formas, a via do desejo (enquanto sendo do sujeito não conhecido é o castigo de que crime? De nenhum outro crime senão aquele de haver justamente existido nesse desejo) se encontra levado ao ponto onde ele não tem mais nenhuma outra exclamação a proferir do que este μη φυναι (*mé phúnai*), esse “não ser nascido” onde desemboca a existência chegada à extinção, muito precisamente, de seu desejo. E essa dor que ressurte o sujeito no sonho – não esqueçamos que é um sujeito do qual nós não sabemos nada além do que esse antecedente imediato, que ele viu morrer seu pai na agonia de uma longa doença cheia de tormentos – essa dor é próxima, na experiência, dessa dor da existência, quando nenhuma outra coisa o habita senão essa existência mesma, e que tudo, no excesso do sofrimento, tende a abolir esse termo que não pode ser desenraizado, que é o desejo de viver.

Essa dor de existir, de existir quando o desejo não está mais aí, se ela foi vivida por alguém, foi por aquele que está longe de ser um estranho para o sujeito; mas em todo caso, o que fica claro é que no sonho essa dor o sujeito a sabia. O sentido dessa dor, nós não saberemos jamais se aquele que a experimenta no real o sabia ou não o sabia, mas, por outro lado, o que é sensível e que nem no sonho fica claro, nem, certamente, fora do sonho – antes que a interpretação nos conduza a isso – o sujeito, ele não sabe que o que assume é essa dor aí enquanto tal. E a prova é que ele não pode no sonho articulá-la de um modo fiel, cínico, que responde absurdamente a quê? Freud responde a isso se nós nos referirmos ao pequeno capítulo de *Traumdeutung* onde ele fala de sonhos absurdos, muito especialmente a respeito desse sonho – e é uma confirmação do que eu tentava lhes articular aqui antes de tê-lo relido – nós veremos que ele precisa que se o sentimento de absurdidade é freqüentemente ligado nos sonhos a esse tipo de contradição, ligado à estrutura do próprio inconsciente e que desemboca no risível, em certos casos, esse absurdo – ele o diz a propósito desse sonho – se introduz no sonho como elemento de quê? Como elemento expressivo de um repúdio particularmente violento no sentido aqui designado e asseguradamente, de fato, o sujeito pode ver que seu pai não sabia sua intenção, ele, do sujeito: que seu pai morra para acabar com seus sofrimentos. Isto quer dizer que nesse nível, ele sabe, ele, o sujeito, qual é a sua intenção.

Ele pode ver ou não ver, tudo depende do ponto da análise em que ele se encontra, que essa intenção fosse a sua no passado, que seu pai morra – e não para seu pai, mas para ele, o sujeito, que era seu rival. Mas o que ele não pode ver de modo algum, no ponto onde ele está, é isso: que assumindo a dor de seu pai sem sabê-lo, o que é visado é manter diante dele, no objeto, essa ignorância que lhe é absolutamente necessária, aquela que consiste em não saber que mais vale não ter nascido. Não há nada além, no último termo da existência, da dor de existir, mas vale assumir como aquela do outro que está lá e que fala sempre como eu [*m*], o sonhador, eu [*j*] continuo a falar, que de ver se desnudar esse último mistério que só é o quê, afinal de contas? Só o conteúdo, o mais secreto, desse voto – aquele do qual nós não temos nenhum elemento no próprio sonho a não ser aquilo que nós sabemos pelo conhecimento – aquilo que é o conteúdo desse voto, é, a saber, a intenção da castração do pai, isto é, a intenção, por excelência, que no momento da morte do pai, faz retorno sobre o filho porque está na vez dele ser castrado. Isso quer dizer que o

10 de dezembro de 1958

que não deve ser visto em hipótese alguma – e eu não estou pondo por enquanto os termos do ponto e do momento e dos tempos onde devem pôr enquanto interpretação – seria fácil já sobre este esquema lhe mostrar que há uma primeira interpretação que se faz de imediato: ele não tem nenhuma pesar, ele não sabia, o seu pai, segundo o seu voto, a enunciação da intenção.

Nós estamos aí no nível do que já está na linha plena da palavra do sujeito e é muito bom que assim seja, mas é preciso que uma certa introdução, pelo analista, seja tal que já alguma coisa de problemático seja introduzido nessa observação, que é de natureza a fazer surgir aquilo que até lá é recalcado e pontilhado, a saber, que ele estava morto já desde muito tempo “segundo seu voto”, segundo a intenção do Édipo; e de fazer surgir isso, como tal, do inconsciente.

Mas se trata de saber, de dar seu pleno alcance a esse algo que, como há pouco, vai bem além da questão do que é esse voto, pois essa intenção de castrar o pai, com seu retorno sobre o sujeito, é alguma coisa que vai bem além de todo desejo justificável. Se é, como nós o dizemos, uma necessidade estruturante, uma necessidade significativa – e aqui a intenção só é a máscara daquilo que há de mais profundo na estrutura do desejo tal qual o denuncia o sonho – não é nada mais, nada além de uma intenção, senão a essência do “de acordo com”, da relação, do encadeamento necessário que defende o sujeito de escapar dessa concatenação da existência enquanto determinada pela natureza do significante.

Este “segundo”, está aí o ponto daquilo que eu quero lhes fazer notar, é que afinal de contas, nessa problemática do apagamento do sujeito, que no caso é a sua salvação, nesse ponto último onde o sujeito deve estar voltado a uma ignorância derradeira, o móbil, o *Verdrängung* é o sentido no qual eu tentei lhes introduzir, bem no final da última vez, repousa inteiramente esse móbil da *Verdrängung* não sobre o recalque de alguma coisa de pleno, de alguma coisa que se descobre, de alguma coisa que se vê e que se compreende, mas na elisão de um puro e simples significante: do *nach*, do “segundo”, daquilo que designa o acordo ou a discordância, o acordo ou o desacordo entre a enunciação e o significante, entre o que é da relação no enunciado daquilo que está nas necessidades da enunciação. É em torno da elisão de uma cláusula, de um puro e simples significante, que tudo subsiste e que, afinal de contas, o que se manifesta no desejo do sonho é o que “**ele não sabia**”. O que é que quer dizer o fato na ausência de toda outra significação que nós tenhamos ao nosso alcance?

Nós veremos que quando tomarmos um sonho de alguém que conhecemos melhor, pois nós tomaremos da próxima vez um sonho de Freud, aquele que está pertinho desse, o sonho que Freud fez a respeito de seu pai, aquele que faz quando o revê sob a forma de Garibaldi; aí nós iremos mais longe e veremos realmente o que é o desejo de Freud. E aqueles que me criticam de não haver feito suficientemente caso do erotismo anal o terão pelo preço que pagaram! Mas por enquanto fiquemos por aqui, nesse sonho esquemático, nesse sonho da confrontação do sujeito com a morte.

O que é que isto quer dizer? Chamando essa sombra, é esse sentido que vai cair, pois, se isso quer dizer que esse sonho não é nenhum outro que: ele não está morto, ele pode sofrer no lugar do outro. Mas pôr trás desse sofrimento que se mantém há um engano em torno do qual nesse momento crucial ele é o único ao qual ainda pode se apegar, aquele justamente do rival, do assassino do pai, da fixação imaginária. E é também aí que nós retomaremos as coisas da próxima vez, em torno da explicação que penso ter

10 de dezembro de 1958

suficientemente preparado para a articulação de hoje, a elucidação da fórmula seguinte, como sendo a fórmula constante do fantasma no inconsciente:  $\$ \langle \rangle a$ .

Essa relação do sujeito enquanto barrado, anulado, abolido pela ação do significante e que encontra seu suporte no outro, no que define para o sujeito que fala o objeto como tal, a saber, que é o outro que nós tentaremos identificar, que nós identificaremos muito rapidamente porque – aqueles que assistiram ao primeiro ano desse seminário ouviram falar disso durante um trimestre – esse outro, esse objeto prevaletente do erotismo humano, é a imagem do corpo próprio no sentido amplo que nós lhe daremos. É aí, na ocasião, dentro desse fantasma humano que é fantasma dele, e que só é uma sombra, é aí que o sujeito mantém sua existência, mantém o véu que faz com que ele possa continuar a ser um sujeito que fala.